



III CONGRESSO ESTADUAL DE ASSISTENTES SOCIAIS
Rio de Janeiro - RJ - Brasil

AS DEMANDAS DA CASA DAS MULHERES DA MARÉ

Adriana Silva (a) - a
a

AS DEMANDAS DA CASA DAS MULHERES DA MARÉ

Introdução: Esta pesquisa é uma análise sobre o perfil das mulheres atendidas pelo setor do Serviço Social na Casa das Mulheres da Maré, em que observamos as demandas sociais delas no contexto do Complexo da Maré. É de suma importância esta pesquisa para a instituição reformular suas ações e propostas de atividades diante do perfil do usuário, o qual se verificou a demanda institucional e a demanda instituída. Historicamente durante décadas, as mulheres vêm lutando para adquirir seu espaço social, apesar dos obstáculos elas se esforçam para garantir seus direitos, perante esta sociedade com cunho patriarcal. Portanto, pretendemos abordar os direitos conferidos as mulheres ao longo desta trajetória, bem como as leis de proteção às mulheres. Os resultados apresentados foram baseados na análise dos dados extraídos das fichas das usuárias da Casa das Mulheres e bem como dados da pesquisa realizada para compreender o perfil das mulheres que sofreram violência na Maré. Como método além das fichas, teremos a colaboração das estagiárias bem como da supervisão na realização desta pesquisa que consiste em desenvolver a escuta, a identificação e a acolhida das demandas das usuárias, encaminhando-as na resolução e fornecendo informações, sempre observando os princípios código de ética da profissão. Observamos que as mulheres atendidas possuem uma faixa etária entre 18 a 60 anos, ou seja, as mulheres, independente da sua idade, buscam informações de melhorias de condições de vida. E verificamos que as principais demandas das mulheres atendidas na Casa das Mulheres são de questões diversas, que abrange a área jurídica, social, educação e a saúde.

Desenvolvimento: Destacamos o marco legal e as políticas sociais que atendem as mulheres ao longo do processo de lutas de direitos delas. No Brasil, em 1985, impulsionava o movimento pelos direitos das mulheres, tendo diferentes encontros, seminários e congressos de mulheres que apostava numa agenda política nacional na luta por direitos e contra a descriminalização das mulheres. A partir de 1980, os movimentos feministas brasileiros passam a obter mais engajamento nas políticas públicas, tanto que 1981 em alguns estados implementam o SOS Mulher, uma instituição atende às mulheres vítimas de violência e a mudança de suas condições de vida. Em 1983 conquista-se o primeiro conselho dos direitos no âmbito estadual, e logo em 1985 ocorre a implantação do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher e da primeira Delegacia de Defesa da Mulher (DDM), esta última ação pioneira no Brasil se tornou referência para outros países da América Latina. Com o marco da Constituição de 1988, conquista-se o reconhecimento dos direitos humanos e sociais ao confirmar o indivíduo como cidadão possuidor de direitos. Entendendo que direitos foram ampliados pela

Constituição, e com o decorrer do tempo obteve avanços significativos, principalmente para as mulheres, ao ampliar frentes que caracterizam a proteção social, a saúde, a previdência social e a assistência social. Tanto que vemos outros direitos sendo exigindo na Constituição Federal quantas especificidades das mulheres. Assim as políticas sociais fazem parte do mecanismo econômico e de controle social, sendo destaca as contradições do capitalismo que se configuram de um lado os indivíduos, estes possuem a propriedade privada e a detenção do poder, e por outro lado estão os que sofrem com as intensas explorações das forças de trabalho. Para repensar a ação da política social na prática, trazemos o processo de implementação do serviço de atendimento sócio-jurídico decorrente da parceria entre o Núcleo Interdisciplinar de Ações para a Cidadania (NIAC), da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), e a REDES da Maré. Inicia-se em 2017 a construção do atendimento de Serviço Social e espaço para campo de estágio. A proposta é garantir profissionais e estudantes em horários regulares oferecendo formação em Direitos Humanos, assessoria e promovendo atividades qualificadas que possibilitem o acesso aos direitos das mulheres da Maré em situação de vulnerabilidade social e sofra alguma violação na busca de justiça e os serviços disponíveis. No primeiro semestre de 2017, o serviço social estava em processo de implementação sendo necessário realizar o levantamento das instituições de apoio as vítimas de violência e seus direitos como cidadãs, conhecer o território da Maré, efetuar atividade de mobilização social e divulgação do serviço da Casa das Mulheres indo ao campo, proporcionar roda de conversa com temáticas referentes ao Sistema Único de Assistência Social (SUAS), à saúde, entre outros assuntos. Quanto ao perfil do usuário atendida, verificamos no período de julho a dezembro de 2017 que a Casa de Mulheres da Maré atendeu 12 mulheres. Observamos que algumas usuárias possuíam companheiros, mas nem todas queriam informar a atual situação civil, torna-se curioso as usuárias terem receio em identificar seu estado, será que fazem parte do perfil de solteira?

Trazemos como dados da pesquisa realizada com 801 mulheres nas 15 comunidades do Complexo da Maré, notou-se que 45% são casadas, 36% solteiras, 10% divorciadas e 9% viúvas. Esse fator consta-se como indicativo para notificação, sendo destacados 38% entre as solteiras sofrerem violência.

Em relação à localidade da residência temos 41,7% do Parque União, em segundo 33,3% de Bonsucesso, 25% da Nova Holanda e 8,3% de Ramos. Quanto à faixa etária das mulheres da Maré é a maioria da população feminina atendida contém entre 18 a 44 anos, pois 30% (tem 18 a 29 anos) e 35% (tem 30 a 44 anos). Em relação à questão racial, a pesquisa realizada destaca que 67% das mulheres são pardas e negras, que o Censo Maré (2013) destaca que 51% do Complexo da Maré é

composta por mulheres, sendo estas 62,1% de negros e pardos. E entre estas mulheres veremos que 63% estão no ensino fundamental, enquanto 30% no ensino médio. Quando questionado sobre violência, a maior parte tem 34% que respondeu sofrer violência física, assédio e psicológica, segunda 15% por agressões, mas 35% delas reconhecem a violência como violação de direitos. O assistente social tem o controle de amenizar a demanda, pois tem como arcabouço teórico, metodológico, técnico operativo e o éticopolítico, constituída pela profissão (categoria) ao longo da formação acadêmica. Portanto, observamos nas demandas tratadas/atendidas pela Casa das Mulheres foram diversas. As usuárias traziam de forma geral uma demanda instituinte, e por traz dela existe a demanda instituída "outro problema", geralmente relacionado a violência. Portanto, concluímos que desencadear as políticas sociais, como os programas de benefícios, o Estado procura equiparar as oportunidades e apresenta uma porta de saída para muitos beneficiários, mas precisa ser provocado pela sociedade civil e movimentos sociais quanto à defesa dos direitos e sendo necessário apresentar dados que reforça a necessidade de determinada política social. Ao acolher as demandas e dar assistência ao usuário é um dos papéis importante na profissão do serviço social, principalmente para aqueles que sofrem violência. Todas as atividades realizadas pelas estagiárias foram planejadas e supervisionadas por um profissional, sempre pautado no Código de Ética do Assistente Social, o que exige que tivéssemos empenho, assiduidade e responsabilidade com o campo de estágio, principalmente na parte do atendimento com as usuárias da Casa das Mulheres. Assim, a importância de estudo é para reformular ações e projetos para mulheres que utilizam e acesso o espaço da Casa de Mulheres.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS: BRASIL. IBGE. Censo demográfico. 2010. Disponível em: www.ibge.gov.br. Acesso em: 13 de março de 2018.; PAULA. Renato Francisco dos Santos. Assistência social: direito público e reclamável. ind.: CRUZ, José Ferreira [et.al]. 20 anos da lei orgânica de assistência social. Ministério do desenvolvimento social de combate à fome: Brasília: IDD, 2013.; Mapa da violência em 2015. Disponível em: www.mapadaviolencia.org.br. Acesso em: 16 de março de 2018; GRASMI. Concepção dialética da história. Rio de Janeiro: Paz e Terra. [1989]; PINAFI, Tânia. Violência contra a mulher: políticas públicas e medidas protetivas na contemporaneidade. Edição nº 21 de abril/maio de 2007. Disponível em: <http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materias/anteriores/edicao21/materia03/>. Acesso: 20 fevereiro de 2018; SILVA, Eliana Sousa. Censo Maré: Criação de uma base para desenvolvimento territorial em um grande conjunto de favelas. Seminário URBFAVELAS 2016: Rio de Janeiro. Disponível em: <http://www.sisgeenco.com.br/sistema/urbfavelas/anais2016/ARQUIVOS/GT1-61-179->

[20160814222647.pdf](#) Acesso em: 28 de fevereiro de 2018; ARAÚJO, Helena Maria Marques. Museu da Maré: entre educação, memórias e identidades. Orientadora: Vera Maria Ferrão Candau. – 2012. (p.95-117). Disponível em: https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/21758/21758_6.PDF; GOMES, Verônica Maria Silva. Formação de conselheiros em direitos humanos /Maria de Lourdes Alves Rodrigues e Verônica Maria Silva Gomes. Colaboradores Célia Maria Escanfella, Brasília : Secretaria Especial de Direitos Humanos, 2007.; KRENZINGER, Miriam. Diversidade de gênero. Educação em Direitos Humanos, Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2012.; MORGADO, Rosana & SOUZA, Isabela. Violência contra mulheres e meninas (VCMM): uma abordagem sobre o estado da arte, 2016.; LEWGOY, Alzira M. Baptista. SILVEIRA, Esalva M. Carvalho. A entrevista no processo de trabalho do assistente social. Artigo recebido 31 julho de 2007.; BAPTISTA, Myrian veras. Planejamento social: intencionalidade e instrumentalização. VERAS Editora: CPIHTS, São Paulo: Lisboa, 2007.; Violência doméstica e familiar contra a mulher. Pesquisa DataSenado. Junho/2017; Política Nacional de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres. Secretaria Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres Secretaria de Políticas para as Mulheres – Presidência da República. Brasília, 2011. ; FALEIROS, Vicente de Paula. Estratégias em serviço Social. São Paulo: Cortez, 1997, p.43-65. GUERRA, Yolanda. A dimensão investigativa no exercício profissional. Disponível em: <http://www.cressrn.org.br/files/arquivos/C8pQHQOyl68c9Bc41x5Y.pdf>